

CONCLUSÃO

Adélia Nunes

Departamento Geografia e Turismo, CEGOT e RISCOS,
Universidade de Coimbra (Portugal)
ORCID: 0000-0001-8665-4459 adelia.nunes@fl.uc.pt

Perante cenários futuros de alterações climáticas, com o conseqüente incremento de catástrofes de cariz hidrometeorológico, torna-se urgente e prioritário reduzir o risco através de esforços sistemáticos destinados a analisar e a gerir os fatores causadores de catástrofes, assim como reconhecer a(s) vulnerabilidade(s), no intuito de proteger, de forma mais eficaz, as pessoas, as comunidades e os países, bem como os meios de subsistência, o património cultural e socioeconómico e os ecossistemas, incrementando, assim, sua resiliência.

A resiliência refere-se à capacidade que um sistema, uma comunidade ou a sociedade, quando exposta a riscos, detém para resistir, absorver, adaptar e recuperar, de maneira tempestiva e eficiente, dos efeitos desastrosos dessa manifestação de risco, através, por exemplo, da preservação e restauração das suas funções essenciais e das estruturas básicas. Para tal, a tomada de consciência, coletiva e individual, assume um papel determinante na redução das manifestações de riscos e das conseqüências das catástrofes, permitindo a adoção de medidas/ações capazes de reduzir a vulnerabilidade, perante uma qualquer manifestação de risco.

Como refere o “*Marco de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030*”, embora os fatores de risco possam ser locais, nacionais, regionais ou globais, os riscos têm características locais e específicas que devem ser compreendidas para determinar as medidas de redução a aplicar. Acrescenta, ainda, a necessidade do desenvolvimento de uma ação focada nos âmbitos intra e inter setoriais, que deverá ser promovida pelos Estados nesses quatro níveis (local, nacional, regional e global) e que se distribuirá por quatro áreas prioritárias: (1) compreensão do risco de catástrofes; (2) fortalecimento da governança na gestão do risco de catástrofes; (3) investimento na redução do risco para incremento da resiliência; (4) melhoria na preparação para a ocorrência de catástrofes, com o objectivo de providenciar uma resposta eficaz na reabilitação, recuperação e reconstrução.

De forma mais ou menos explícita, as conclusões dos trabalhos vertidos neste livro vão no sentido do anteriormente definido: “necessidade de identificar as áreas susceptíveis a riscos”; “de reconhecer as vulnerabilidades”; “urgência na realização de estudos de risco”; “prioridade na adoção de ações de planeamento público no que se refere a infraestruturas e medidas mitigadoras, locais e regionais”; “soma do conhecimento científico e a participação da população no diálogo e transferência de saberes”; “necessidade de estabelecer relações de confiança que deverão ser alimentadas com diálogo e partilha de opiniões entre os diferentes grupos e agentes envolvidos no processo da tomada de decisão”; e “utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como uma ferramenta de suporte ao planeamento e à gestão do território”.

Fica, assim, a expectativa de que o presente livro inspire mais investigadores e decisores a participarem na crescente avaliação e gestão dos riscos, no ensejo de que possamos enfrentar os desafios atuais, bem como os futuros e, em particular, os relacionados com os contextos de grandes e profundas incertezas, relativas não só aos riscos analisados, mas também a outros emergentes.